

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo
Brasileiro S.A. -Petrobras)

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018.**

Conteúdo

Relatório de Administração 2018	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	8
Balanco Patrimonial	12
Demonstração do Resultado	13
Demonstração dos Resultados Abrangentes	14
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	15
Demonstração dos Fluxos de Caixa	16
Demonstração do Valor Adicionado	17
Notas Explicativas às demonstrações financeiras	18

Relatório de Administração 2018

Senhores Acionistas,

Cumprindo os preceitos legais e disposições estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras da Baixada Santista Energia S.A. (BSE) relativas ao exercício findo em 31.12.2018, elaboradas na forma da legislação societária e acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, emitido pela KPMG.

ASPECTOS OPERACIONAIS

A BSE é proprietária de 2 (dois) turbogeradores que se encontram em poder da Controladora, Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, objeto dos contratos de Locação de Bens e de Comodato firmados entre as partes.

Por deliberação da Assembleia de Acionistas (AGE) de 24/11/2017, o Contrato de Comodato do Turbogenerador nº 1 foi renovado em 01/12/2017, com vigência até 01/12/2019.

Já o Contrato de Locação do Turbogenerador nº 2 foi celebrado em 03/01/2011, com vigência até 15/11/2024.

A PETROBRAS é responsável pela manutenção, preservação e por prover a cobertura de seguro dos bens, nos termos dos respectivos contratos.

A BSE mantém também com a PETROBRAS (Usina Termelétrica Fernando Gasparian, localizada na cidade de São Paulo), um “Contrato de Disponibilidade de Máquinas” relativo a 2 (dois) turbogeradores, de números 3 e 4 da UTE Piratininga, equipamentos esses originários do “Contrato de Arrendamento” firmado entre a BSE e a EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. em 27/04/2007, com vigência até 27/04/2024.

Em 30/06/2017, por decisão da Assembleia de Acionistas (AGE), foi firmado um novo “Contrato de Disponibilidade de Máquinas” com a PETROBRAS em 01/07/2017, uma vez que o contrato anterior encontrava-se vencido. Esse novo contrato prevê o prazo de vigência até 27/04/2024.

O referido contrato prevê também o reembolso pela PETROBRAS dos valores pagos pela BSE a título de “Encargos de Conexão”, que corresponde ao Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT/CTEEP), firmados com a ONS – Operadora Nacional do Sistema Elétrico e Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, respectivamente.



BSE Baixada Santista Energia S.A.

ASPECTOS COMERCIAIS

Como os equipamentos (turbogeradores) estão sendo utilizados no Parque Termelétrico da PETROBRAS, não há geração de energia pela BSE e, conseqüentemente, comercialização de energia. A energia gerada é de propriedade da PETROBRAS, a quem cabe a sua comercialização.

Situação similar ocorre com os bens arrendados pela BSE junto a EMAE, disponibilizados à PETROBRAS através do "Contrato de Disponibilidade de Máquinas".

Portanto, as receitas da BSE são decorrentes exclusivamente do Contrato de Locação de Turbogenerador nº 2 e do "Contrato de Disponibilidade de Máquinas e Outras Avenças".

RESULTADOS

A Receita de Operacional, proveniente do Contrato de Locação, passou de R\$ 115.080 mil para R\$ 80.307 mil, de 2017 para 2018. A redução das receitas foi provocada pelo ingresso de receitas na ordem de R\$ 41.338 mil auferidas em 2016 que foram pagas e contabilizadas apenas em 2017. Extraindo esse efeito, observa-se um incremento na ordem de 9% em 2018.

Conseqüentemente, o Resultado Antes do Resultado Financeiro e Impostos apresentou prejuízo de R\$ 7.754 mil em 2018, em comparação ao Lucro de R\$ 59.255 mil registrado em 2017. Vale observar que no Resultado de 2017 consta Outras Receitas geradas pelo Uso do Sistema de Transmissão de anos anteriores, no valor de R\$ 9.200 mil, e aluguéis diários correspondentes ao período de 19/02/2016 até 20/04/2017, sendo R\$ 23.763 mil referente ao exercício de 2016 e R\$ 8.246 referente a 2017.

O atraso na aprovação das Demonstrações Financeiras 2017 impediu que fosse realizada a distribuição de resultado daquele exercício (cerca de R\$ 22.000 mil), o que beneficiou o Resultado Financeiro Líquido, uma vez que os recursos em caixa foram remunerados. Conseqüentemente, o Resultado Financeiro Líquido registrou variação positiva de cerca de 7%, passando de R\$ 40.187 mil para R\$ 43.131 mil, de 2017 para 2018.

O conjunto desses fatores reportados anteriormente acarretou na redução do Lucro Antes dos Impostos de R\$ 99.442 mil para R\$ 33.391 mil em 2018 (variação negativa de 66%).

Observou-se ainda que o recebimento de receitas fora de prazo gerou incremento no recolhimento de Imposto de Renda e Contribuição Social de R\$ 14.800 mil, proveniente da "retificação das declarações acessórias" de 2016 e 2017, passando de R\$ 8.744 mil em 2017 para R\$ 22.400 mil em 2018.

Com isso, a BSE auferiu Lucro Líquido de R\$ 10.991 mil em 2018, ante Lucro Líquido de R\$ 90.698 mil registrado em 2017. Os principais fatores que ocasionaram o resultado a menor em 2018, em comparação a 2017, foram:



- i) As receitas do contrato de locação e de disponibilidade de máquinas do exercício de 2016, que foram pagas somente em 2017, contribuíram para aumento do resultado da Companhia naquele exercício;
- ii) O pagamento fora de prazo das receitas do contrato de locação gerou o recolhimento, por parte da BSE, no montante de R\$ 15.820 mil relativo a Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), acrescidos de juros, proveniente da “retificação das declarações acessórias” de 2016 e 2017, prejudicando o resultado do exercício 2018 da Companhia.

METAS E INDICADORES

Conforme pode ser observado na Tabela 1, em 2018, a BSE reportou EBITDA negativo de R\$ 3,669 mil, ficando abaixo da Meta estabelecida R\$ 28.944 mil. Tal fato ocorreu devido a receita proveniente da locação Turbogenerador nº 2 (principal fonte de receita da BSE) ter sido contabilmente registrada como Receita de Arrendamento Financeiro, não fazendo parte da apuração do EBITDA. Sob a ótica gerencial, ao considerar a Receita do Turbogenerador nº 2, o EBITDA Ajustado sobe para R\$ 28.807 mil, praticamente atingindo a Meta de 2018.

Tabela 1 – Metas 2018

Indicadores	Meta 2018	Realizado	Ajustado
EBITDA (R\$ mil)	28.944	-3.669	28.807
IRENT (%)	10%	3,2%	7,6%

Legenda

IRENT = (Lucro Líquido / Ativo Total Ano anterior)

EBITDA = (Lucros antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização).

Memória de Cálculo

	Realizado	Ajustado
a) Lucro Líquido Antes de Impostos	33.391	33.391
b) IRPJ / CSLL (2018)	-7.600	-7.600
c) IRPJ / CSLL (Retificações Declarações 2016 e 2017)	-14.800	0
d) Lucro Líquido = (a + b + c)	10.991	25.791
e) Ativo Total Ano Anterior	341.027	341.027
IRENT = (d / e)	3,2%	7,6%
f) Lucro Operacional	-9.740	-9.740
g) Depreciação e amortização	-1.856	-1.856
h) PIS/COFINS sobre arrendamento financeiro	-4.215	-4.215
EBITDA = (f - g - h)	-3.669	-3.669
i) Receita Arrendamento Turbogenerador nº 2		32.476
EBITDA Ajustado = EBITDA + (i)		28.807

BSE Baixada Santista Energia S.A.

Em 2018, o Índice de Rentabilidade (IRENT) atingiu 3,2% ficando abaixo da Meta de 10% em função de fatores não recorrentes provenientes da “retificação das declarações acessórias” de 2016 e 2017 que gerou recolhimento a maior de impostos (R\$ 14.800 mil) em 2018. Ao desconsiderar esse efeito não recorrente, o IRENT Ajustado sobe para 7,6% ficando bem próximo da Meta.

PROPOSTA DESTINAÇÃO DE RESULTADO

Tendo em vista que o fechamento das Demonstrações Financeiras (DFs) da BSE de 2017 ocorreu somente no final de 2018 (em função as divergências de entendimento na avaliação do “Impairment” do Turbogenerador nº 1 e das Receitas decorrentes do Contrato de Disponibilidade de Máquinas e das penalidades do Contrato de Comodato do Turbogenerador nº 1, entre a PwC e a KPMG), as propostas de destinação de resultado relativas aos exercícios de 2017 e de 2018 elaboradas pelos Administradores da Sociedade serão encaminhadas à aprovação em Assembleia de Acionistas em 2019, nas condições apresentadas a seguir.

Propostas de Destinação do Resultado (R\$ mil)	2018	2017
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	10.991	90.697
Apropriação		
Prejuízo acumulado	0	-67.613
Reserva legal (5%)	-550	-1.154
Lucro básico para determinação do dividendo	10.441	21.930
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	2.610	5.483
Dividendos adicionais propostos	7.831	16.448
Total de Dividendos Propostos	10.441	21.930

Conforme disposições legais (Lei das Sociedades por Ações), os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido ajustado. O Estatuto da BSE prevê que a Assembleia poderá aprovar dividendos adicionais ao mínimo obrigatório.

MODELO DE NEGÓCIOS

A BSE é uma sociedade por ações, subsidiária integral da PETROBRAS. O modelo de negócios estabelecido pela Controladora prevê que a BSE atue sem quadro de pessoal próprio. Tal situação explica a ausência de Custos e Despesas de Pessoal no seu Demonstrativo de Resultados. Contudo, seus Administradores contam com o apoio das áreas Corporativas da PETROBRAS, tais como Jurídico; Finanças (Seguros e Garantias); CENPES (Aplicação em Projetos de P&D); Regulatório; dentre outras.

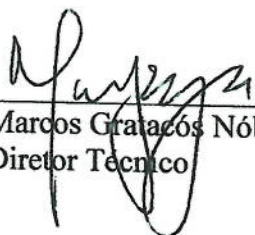
POLÍTICA DE GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE

Em atendimento a Lei 13.303/16, em 2018, a BSE reformou seu Estatuto Social e implementou uma série de Políticas e Diretrizes de Governança recomendadas pela holding PETROBRAS.

BSE Baixada Santista Energia S.A.

Tendo em vista as características e atuação restrita da Companhia (o único cliente é a PETROBRAS), os Projetos Socioambientais da Usina Piratininga, que se encontra arrendada à PETROBRAS, constam no Relatório de Sustentabilidade da Controladora.

Cubatão, 02 de maio de 2019.



Marcos Gratacos Nóbrega
Diretor Técnico



Wellington Gomes Lucas
Diretor Administrativo



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

Baixada Santista Energia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras da Baixada Santista Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Baixada Santista Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

1. Conforme nota explicativa nº 14.3 às demonstrações financeiras, a Companhia reconheceu na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a despesa de R\$ 14.800 mil, referente a tributação de receitas de exercícios anteriores, a qual não foi tributada à época. O referido montante foi reconhecido integralmente na rubrica de “Imposto de renda e contribuição social” do exercício corrente sem ter sido efetuada a retificação dos valores correspondentes conforme requerido pelo CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa Contábil e Retificação de Erro. Em decorrência desse assunto, o lucro líquido do exercício findo naquela data está apresentado a menor em R\$ 14.800 mil.
2. Nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 conteve modificações em função de:
 - 2.1. Reconhecimento indevido de receita de aluguel de contrato de comodato no montante de R\$ 23.763 mil, cuja competência é de exercícios anteriores a 2017. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2017 o lucro líquido e patrimônio líquido estavam apresentados a maior em R\$ 14.233 mil.

2.2. Reconhecimento indevido de “receita bruta de disponibilidade de máquinas” decorrente de contrato de arrendamento mercantil financeiro celebrado com sua controladora, no montante de R\$ 41.338 mil, cuja competência é de exercícios anteriores a 2017. Conseqüentemente, em 31 de dezembro de 2017 o lucro líquido e patrimônio líquido estavam apresentados a maior em R\$ 24.759 mil.

Nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 conteve modificação. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício corrente também inclui modificação em decorrência do possível efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida para Companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Em decorrência dos assuntos descritos na Seção “Base para opinião com ressalvas”, concluímos que as outras informações também apresentam distorção relevante pela mesma razão com relação aos valores e outros aspectos descritos na referida seção.

Ênfase - Transações com a Controladora

Chamamos a atenção para o fato que a Companhia mantém transações com a sua controladora, Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, e segue o plano de negócios desta, na condução de suas operações, conforme descrito nas notas explicativas nºs 1 e 10 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está, adicionalmente, ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

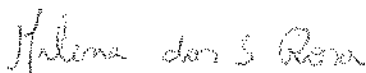
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Milena dos S Rosa
Contadora CRC RJ-100983/O-7

e reais, exceto quando indicado em contrário)

Conta	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
	30	11	Circulante			
			Fornecedores	15	1.751	3.695
0.1	19.051	48.347	Dividendos a pagar	16.3	8.093	5.483
0.2	151.890	91.048	Provisão para pesquisa e desenvolvimento		629	592
4.1	10.924	13.130	Imposto de renda e contribuição social	14.1	11.631	2.437
4.1	1.066	1.539	Impostos e contribuições a recolher	14.1	103	2.387
12	48.651	46.659				
	<u>231.612</u>	<u>200.734</u>			<u>22.207</u>	<u>14.594</u>
			Não circulante			
			Fornecedores	15	2.101	-
0.1	93.391	97.300	Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.2	13.390	11.695
4.1	30.598	35.921				
	1.503	1.503			<u>15.491</u>	<u>11.695</u>
	<u>125.492</u>	<u>134.724</u>	Patrimônio líquido			
			Capital social realizado	16.1	297.136	297.136
13	3.713	5.569	Reservas de Lucro	16.2	25.983	17.602
	<u>3.713</u>	<u>5.569</u>				
					<u>323.119</u>	<u>314.738</u>
	360.817	341.027			360.817	341.027

receitas.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Nota	2018	2017
Receita de arrendamento	17	80.307	115.080
Custo do arrendamento	18	(82.293)	(85.327)
Lucro (Prejuízo) bruto		(1.986)	29.753
Receitas (despesas)			
Gerais e administrativas	18	(3.499)	(3.193)
Tributárias	18	(4.255)	(8.514)
Outras receitas, líquidas	18	-	41.209
		(7.754)	29.502
Lucro (Prejuízo) antes dos resultado financeiro e impostos		(9.740)	59.255
Resultado financeiro líquido	19	43.131	40.187
Receitas financeiras		28.147	23.112
Despesas financeiras		(1.020)	(180)
Variações monetárias, líquidas		16.004	17.255
Lucro líquido antes dos impostos		33.391	99.442
Imposto de renda e contribuição social	14.3	(22.400)	(8.744)
Lucro líquido do exercício		10.991	90.698
Lucro básico e diluído por ação ON (em R\$)	16.4	0,04	0,31

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	10.991	90.698
Resultado abrangente do exercício	-	-
Resultado abrangente total	10.991	90.698

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Baixada Santista Energia S.A*(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)***Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido***Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)*

	Reservas de lucros			Total do patrimônio líquido	
	Capital subscrito e integralizado	Legal	Dividendos adicionais propostos		
Saldos em 01 de Janeiro de 2017	297.136	-	-	(67.613)	229.523
Lucro do exercício	-	-	-	90.698	90.698
Destinações					
Apropriações do lucro em reservas	-	1.154	-	(1.154)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(5.483)	(5.483)
Dividendos adicionais propostos	-	-	16.448	(16.448)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	297.136	1.154	16.448	-	314.738
Lucro do exercício	-	-	-	10.991	10.991
Destinações					
Apropriações do lucro em reservas	-	551	-	(551)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(2.610)	(2.610)
Dividendos adicionais propostos	-	-	7.830	(7.830)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	297.136	1.705	24.278	-	323.119

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	10.991	90.698
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	1.856	1.856
Variações monetárias e encargos financeiros	(32.476)	(31.540)
Rendimentos de recebíveis de ativo financeiro	(9.379)	(3.795)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	1.695	1.621
Redução (Aumento) de ativos		
Contas a receber	31.712	(9.055)
Contas a receber - arrendamento financeiro	33.970	33.025
Despesas antecipadas	(1.991)	(4.530)
Impostos e contribuições	8.000	(4.655)
Aumento de passivos		
Fornecedores	155	2.539
Outros passivos	6.948	4.936
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	51.481	81.100
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Investimentos em recebíveis de ativos financeiros	(51.462)	(81.099)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos	(51.462)	(81.099)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	19	1
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11	10
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	30	11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Baixada Santista Energia S.A*(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)***Demonstração do Valor Adicionado***Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)*

	2018	2017
Receita de serviços e outras receitas	88.493	168.019
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo das mercadorias	(61)	(4.425)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(83.875)	(82.239)
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos de terceiros	(4.163)	(4.756)
	(88.098)	(91.420)
Valor adicionado bruto	395	76.599
Depreciação e amortização	(1.856)	(1.856)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(1.461)	74.743
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras - inclui variação monetária	44.150	40.367
Valor adicionado a distribuir	42.689	115.110
Distribuição do valor adicionado		
Tributos		
Federais	30.678	24.232
Instituições financeiras e fornecedores		
Juros e variações monetárias	1.020	180
Acionistas		
Dividendos	2.610	5.483
Lucros retidos	8.381	85.215
	10.991	90.698
Valor adicionado distribuído	42.689	115.110

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1. Companhia e suas operações

A Baixada Santista Energia S.A. - BSE ("BSE" ou "Companhia") foi constituída em 23 de março de 1999, tendo como objeto o desenvolvimento, financiamento, construção, operação e manutenção de usinas termelétricas, com o objetivo de produzir, comercializar, adquirir, exportar e importar energia elétrica e vapor das instalações, observados os termos e condições previstos na legislação aplicável.

A Companhia mantém transações relevantes com a Controladora - Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e segue o Plano de Negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas Demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

1.1. Geração de Energia

Em 21 de maio de 2008, a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras cedeu à Companhia, Contrato de Arrendamento da Usina Termelétrica (UTE) Piratininga, localizada na capital paulista, firmado em 27 de abril de 2007 com a Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE, que pertence ao governo do Estado de São Paulo. O contrato estabeleceu pagamentos anuais de R\$ 45.000 pelo período de 17 anos, até 2024.

A Companhia celebrou, em fevereiro de 2013, Contrato de Disponibilidade de Máquinas com sua Controladora cujo objeto é a disponibilização das Unidades Geradoras 3 e 4 (dois turbogeradores) da UTE Piratininga, com capacidade instalada de 95 MW cada, conforme Contrato de Concessão para geração de energia elétrica destinada a Serviço Público nº 001/2008, operando em ciclo combinado com as 4 Unidades Geradoras a gás natural da UTE Fernando Gasparian da Petrobras. O Contrato estabeleceu pagamentos mensais de R\$ 5.150, e vigência até 7 de julho de 2015.

Em função do término da outorga à BSE da concessão, em julho de 2015, e do Ministério de Minas e Energia não ter se posicionado sobre o assunto, a ANEEL manifestou-se pela prorrogação de 2 (dois) anos. O Contrato de Disponibilidade de Máquinas, conforme previsto contratualmente, foi prorrogado por mais 12 meses.

Em 1 de julho de 2017, foi firmado novo Contrato de Disponibilidade de Máquinas com a Petrobras que estabeleceu pagamentos mensais de R\$ 7.214, e vigência até 27 de abril de 2024.

1.2. Arrendamento mercantil

Em 3 de janeiro de 2011, a Companhia celebrou Contrato de Locação (considerado contabilmente como arrendamento mercantil financeiro) do Turbogenerador nº 2, com 159,9 MW - 234 MVA de potência, de sua propriedade, com a sua Controladora. Este contrato estabeleceu pagamentos semestrais de R\$ 11.100, pelo prazo de 17 anos, até 15 de novembro de 2024.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1.3. Comodato

Em 17 de fevereiro de 2014, a Companhia celebrou Contrato de Comodato do Turbogenerador nº 1, de sua propriedade, com 159,9 MW - 234 MVA de potência, com a sua Controladora - Petrobras, por 730 dias, com vigência até 19 de fevereiro de 2016 ("Contrato"). De acordo com o referido Contrato, a Petrobras estava obrigada a restituir o Turbogenerador em até 90 dias após o vencimento do prazo contratual, em perfeito estado de conservação e funcionamento, acrescido de todas as benfeitorias realizadas.

Contudo, o turbogenerador continuou em uso pela Petrobras, na localidade de Alto do Rodrigues (RN), e a BSE computou multa diária, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por dia, prevista na cláusula 5.1 do Contrato, devido ao atraso na devolução do bem. Houve ainda a aplicação da penalidade de aluguel diário, prevista na cláusula 5.1.1 do Contrato, cuja base de cálculo incide sobre o valor do bem, que foi definido através de Laudo de Avaliação.

O aluguel diário no período compreendido entre 19 de fevereiro de 2016 e 20 de abril de 2017, data em que foi firmado novo Contrato de Comodato com vigência até 01 de dezembro de 2019, no montante total de R\$ 32.009 foi recebido no exercício de 2017 conforme nota explicativa 16.

A Diretoria solicitou ao Presidente do Conselho de Administração a convocação de Assembleia Geral de Acionistas para deliberar sobre a solicitação da Petrobras no sentido de interromper o cômputo da multa diária e do aluguel diário. Contudo, o Conselho de Administração entendeu pelo acolhimento do pleito da Petrobras, sem submeter a proposta à deliberação da Assembleia Geral.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Os Administradores da empresa, em reunião realizada em 25 de abril de 2019, autorizaram a divulgação destas demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na nota explicativa 7.

5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando de outra forma indicado.

6. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente pela Companhia a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

6.1 Contas a receber

São contabilizados inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, com uso do método da taxa de juros efetiva, sendo deduzidas as perdas em crédito de liquidação duvidosa.

A Companhia reconhece as perdas em créditos de liquidação duvidosa quando existe evidência objetiva de perda no valor recuperável, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, que impactam os fluxos de caixa estimados e que possam ser confiavelmente estimadas. A perda é reconhecida no resultado

6.2 Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção, que representa os custos para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e da perda por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), quando aplicável.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, quando diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos, são capitalizados como parte dos custos desses ativos. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas.

O ativo imobilizado da companhia é composto por dois conjuntos turbogeradores, sendo que um está arrendado para a Petrobras (nota explicativa 1.2) e o segundo está cedido em comodato (nota explicativa 1.3).

6.3 Diferido

A Companhia manteve o saldo de ativo diferido de 31 de dezembro de 2008, que continuará a ser amortizado pelo prazo de 10 anos, e sujeito ao teste de redução do valor recuperável de ativos (*impairment*), em conformidade com a Lei 11.941/2009. Decorre de gastos pré-operacionais, que começaram a ser amortizados a partir de 2011, em função da celebração do contrato de arrendamento mercantil.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

6.4 Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

A Companhia avalia os ativos do imobilizado e do diferido com vida útil definida, quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

O valor em uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos, considerando as melhores estimativas da Companhia. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto pré-imposto, que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC) pós-imposto. As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último plano estratégico divulgado pela Petrobras, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos.

6.5 Arrendamentos mercantis

(i) Determinação quando um contrato contém arrendamento

No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Companhia separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daqueles referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a Companhia conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental da Companhia.

(ii) Ativos arrendados

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para a Companhia substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

(iii) Pagamento dos arrendamentos

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

6.6 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos incluindo benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente nas demonstrações financeiras, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa.

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, porém são objetos de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

6.7 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores financeiros de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

6.8 Capital social e remuneração aos acionistas

O capital social está representado por ações ordinárias.

Quando proposta pela Companhia, a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

6.9 Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida, ou a receber pela comercialização de energia, arrendamento mercantil e disponibilidade de máquinas, líquidos dos descontos, impostos e encargos.

A receita com arrendamento mercantil é reconhecida no resultado em base mensal, conforme contrato celebrado entre arrendadora e arrendatária.

As receitas e despesas financeiras incluem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras, receita do arrendamento, além das variações monetárias líquidas.

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

6.10 Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado - DVA apresentam informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

7. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

A partir de 1º de janeiro de 2018, a companhia adotou inicialmente os requerimentos contidos nos seguintes pronunciamentos: CPC 48 Instrumentos Financeiros, análogo ao IFRS 9 Financial Instruments, inclusive aqueles relativos à contabilidade de hedge e CPC 47 Receita de Contrato com Cliente, análogo ao IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

7.1.1. CPC 48 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 estabelece, entre outros, novos requerimentos para: classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros, contabilidade de hedge e divulgação. Após avaliação, a companhia não identificou impactos nas Demonstrações Financeiras aqui apresentadas.

Classificação e mensuração

O CPC 48 estabelece três categorias para classificação de ativos financeiros: mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. A classificação é baseada nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo. O CPC 48 eliminou as seguintes categorias estabelecidas pelo CPC 38: mantidos até o vencimento, empréstimos e contas a receber e disponíveis para venda.

Modificação de fluxo de caixa contratual

O CPC 48 estabelece que se um instrumento financeiro mensurado a custo amortizado tiver seus termos modificados e essa modificação não for substancial, seu saldo contábil deverá refletir o valor presente descontado dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento quando da modificação dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior à modificação, deve ser reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. Em razão desse novo requerimento, a Companhia espera alterar sua política contábil aplicando os requerimentos de transição permitidos pelo CPC 48.

Perda no valor recuperável (Impairment)

O CPC 48 substituiu o modelo de perda incorrida estabelecido pelo CPC 38 pelo modelo de perda esperada. Provisão para perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos mercantis, bem como aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

CPC 47 - Receitas de Contrato com Clientes

O CPC 47 substituiu os CPC 17 (R1) Receitas e CPC 30 (R1) Contratos de Construção bem como suas respectivas interpretações. Ao adotar o CPC 47, a companhia determinou quando (ou a que medida) e por quais montantes as receitas de contratos com clientes devem ser reconhecidas de acordo com o modelo composto pelas cinco etapas a seguir: 1) identificação do contrato com o cliente; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço às obrigações de desempenho; 5) reconhecimento quando (ou enquanto) a obrigação de desempenho é satisfeita. Uma obrigação de desempenho é considerada satisfeita quando (ou à medida que) o cliente obtém o controle sobre o bem ou serviço prometido.

Em conformidade com as disposições transitórias previstas pelo CPC 47, a companhia efetuou os registros a luz da norma.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

8. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir é apresentada informação apenas sobre prática contábil e estimativa que requer elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que pode afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

8.1. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Baixada Santista Energia com base em pareceres de seus assessores (Jurídico da Petrobras).

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentados na nota explicativa 19.

8.2 Perdas de crédito esperado

São monitoradas regularmente pela Administração, sendo constituídas em montante considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber. As evidências de perdas consideradas na avaliação incluem: casos de dificuldades financeiras significativas, inclusive de setores específicos, cobrança judicial, pedido de falência ou recuperação judicial e outros.

9. Novos pronunciamentos contábeis

As principais normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2018 são as seguintes:

9.1. International Accounting Standards Board (IASB)

9.1.1. CPC 06 (R2) - "Arrendamento Mercantil"

Em 13 de janeiro de 2016, o IASB emitiu o IFRS 16 - Leases (IFRS 16), que passou a vigorar a partir de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, em substituição aos seguintes pronunciamentos e interpretações: IAS 17 - Leases; IFRIC 4 - Determining whether an Arrangement contains a Lease; SIC-15 - Operating Leases - Incentives; e SIC-27 - Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease.

O CPC 06 (R2) contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Práticas contábeis

Dentre as mudanças para arrendatários, o CPC 06 (R2) eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento.

Com a adoção do o CPC 06 (R2), a companhia deixa de reconhecer custos e despesas operacionais oriundas de contratos de arrendamento mercantis operacionais e passa a reconhecer em sua demonstração de resultado: (i) os efeitos da depreciação dos direitos de uso dos ativos arrendados; e (ii) a despesa financeira e a variação cambial apuradas com base nos passivos financeiros dos contratos de arrendamento mercantil.

Transição

Conforme previsto nas disposições transitórias do o CPC 06 (R2), para fins de adoção inicial a companhia adotará o método de abordagem de efeito cumulativo, não rerepresentando suas demonstrações financeiras de períodos anteriores, bem como aplicará os seguintes expedientes:

- Aplicará o pronunciamento aos contratos que foram anteriormente identificados como arrendamento de pagamentos mínimos de arrendamento mercantil operacional;
- O passivo de arrendamento será mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes, líquidos de impostos recuperáveis, quando aplicável, descontado utilizando a taxa incremental sobre empréstimo da companhia na data da aplicação inicial;
- O ativo de direito de uso será reconhecido com base no valor do passivo de arrendamento, ajustado por qualquer pagamento de arrendamento antecipado ou acumulado referente a esse arrendamento, reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial. Não serão considerados os custos diretos iniciais da mensuração do direito de uso na data da aplicação inicial.

Considerando que a companhia adotará o método de abordagem de efeito cumulativo, os passivos de arrendamento serão mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, e, utilizando como taxas de desconto, taxas incrementais sobre empréstimos da companhia na data de adoção inicial, determinadas principalmente pelas taxas de captação corporativa (obtidas pelos rendimentos - *yields*- dos *Bonds* emitidos pela Petrobras), ajustadas por prazo de cada contrato de arrendamento ajustado pela *duration* do respectivo fluxo de pagamento, ambiente econômico do país de operação da arrendatária e efeitos de garantias similares.

Apresentação

Os ativos de direito de uso serão apresentados no Imobilizado, representando principalmente arrendamentos de edificações. Os passivos de arrendamento serão apresentados em conjunto com os financiamentos.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Nesse sentido, espera-se que as mudanças trazidas pelo IFRS 16 quanto ao reconhecimento, mensuração e apresentação de arrendamentos mercantis ocasionarão, em sua adoção inicial, aumentos de R\$ 459.513 mil nos saldos de Imobilizados e Direito de uso e arrendamento mercantil. A mensuração dos ativos do arrendamento serão equivalentes ao passivo de arrendamento, assim tais mudanças não impactarão o Patrimônio Líquido da companhia em 1º de janeiro de 2019.

Na demonstração dos fluxos de caixa, os pagamentos de arrendamentos que são apresentados atualmente como fluxos de caixa das atividades operacionais, serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento, representando os pagamentos de principal e juros. Contudo, essa alteração não irá gerar impactos na posição líquida do Fluxo de Caixa da companhia.

Outras questões relevantes

Os efeitos trazidos pelo IFRS 16 serão considerados na métrica financeira Dívida Líquida/Ebitda ajustado, no entanto, a adoção desse pronunciamento não irá ocasionar em alterações nas práticas de negócio da companhia e metas estabelecidas no Plano de Negócios e Gestão 2019-2023.

9.1.2. IFRIC 23- Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (ICPC 22)

A partir de 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a interpretação técnica IFRIC *Interpretation 23 - Uncertainty over Income Tax Treatments* (IFRIC 23), emitida pelo IASB, correspondente ao ICPC 22.

O ICPC 22 (IFRIC 23) esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro.

Quando há incerteza sobre tratamentos de tributos sobre o lucro, esta Interpretação trata:

- Se a entidade deve considerar tratamentos fiscais incertos separadamente;
- As premissas que a entidade deve elaborar sobre o exame de tratamentos fiscais por autoridades fiscais;
- Como a entidade deve determinar lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais; e
- Como a entidade deve considerar mudanças em fatos e circunstâncias.

Conforme previsto nas disposições transitórias do ICPC22 (IFRIC 23), a companhia aplicará os requerimentos retrospectivamente, com o efeito cumulativo da adoção reconhecida na data da aplicação inicial como ajuste ao saldo de abertura de lucros acumulados. A companhia não identificou impactos materiais na aplicação do ICPC22 (IFRIC 23),

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

9.2. Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

O CPC emite pronunciamentos e interpretações tidos como análogos às IFRS, tal como emitidas pelo IASB. A seguir é apresentado a principal interpretação emitida pelo CPC que ainda não entrou em vigor, bem como o IFRS equivalente:

Pronunciamento ou interpretação do CPC

IFRS equivalente

Data de vigência

ICPC 22 - Incerteza sobre

Tratamento de Tributos sobre o Lucro

IFRIC 23 -Uncertainty over Income Tax Treatments

1º de janeiro de 2019

10. Contas a receber

10.1. Contas a receber, líquidas

	2018	2017
Clientes		
Terceiros	1.552	1.638
Partes relacionadas (nota explicativa 10)		
Arrendamento mercantil (d)	101.573	103.065
Reembolso de encargos setoriais (a)	1.779	1.720
Disponibilidade de Máquinas (c)	7.538	7.215
Aluguel diário (b)	-	32.009
	112.442	145.647
Circulante	19.051	48.347
Não circulante	93.391	97.300

a) Reembolso de encargos setoriais

Refere-se ao reembolso dos encargos de transmissão - CCT e CUST pagos pela BSE, e cobrados da Petrobras, mediante previsão contratual.

b) Aluguel diário

Refere-se à aluguel diário, previsto no contrato de comodato do equipamento turbogerador, celebrado com a Petrobras (nota explicativa 1.3).

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

c) Recebíveis mínimos de arrendamento mercantil operacional (sem transferência de riscos e controles)

Representado pelo contrato de disponibilidade de máquinas, relacionados a dois turbogeradores vinculados à Usina Termoelétrica Piratininga, celebrado em janeiro de 2013, com efeito retroativo a abril de 2012, e vencimento em Novembro de 2024. As parcelas mensais de R\$ 5.150 estão sujeitas à variação do índice de Preço ao Consumidor IPCA, e o saldo em 31 de dezembro de 2017 soma R\$ 7.215, em 31 de dezembro de 2018 soma R\$ 7.538.

d) Recebíveis mínimos de arrendamento mercantil financeiro (com transferência de benefícios, riscos e controles)

Representados, pelo Contrato de Locação (considerado contabilmente como arrendamento mercantil financeiro) do Turbogenerador nº 2, celebrado com a Petrobras. O contrato tem vigência até 15/11/2024, 5066 dias contados da assinatura do contrato, com parcelas vencíveis semestralmente, corrigido pela variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA. O saldo do valor presente dos recebimentos mínimos por vencimento está composto da seguinte forma:

Compromissos Estimados	Recebimentos		
	Valor Futuro	Juros Anuais	Valor
2019	35.378	(27.196)	8.182
2020 - 2021	70.756	(47.199)	23.557
2022 em diante	106.134	(36.300)	69.834
Em 31 de dezembro de 2018	212.268	(110.695)	101.573
Circulante	35.378	(27.196)	8.182
Não circulante	176.890	(83.499)	93.391
Em 31 de dezembro de 2018	212.268	(110.695)	101.573
Circulante	34.002	(28.237)	5.765
Não circulante	204.013	(106.713)	97.300
Em 31 de dezembro de 2017	238.015	(134.950)	103.065

A Companhia classifica as parcelas recebidas do arrendamento como atividade de financiamento por entender que a operação se trata de uma venda financiada.

10.2. Contas a receber - FIDC

Em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$ 151.890 (R\$ 91.048 em 2017), representa os recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras.

A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como "recebíveis", considerando que o lastro desse fundo é principalmente, em direitos creditórios adquiridos e são classificados na categoria de valor justo por meio do resultado.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

11. Partes relacionadas

11.1. Transações comerciais e outras operações

A Companhia segue a política de transações com partes relacionadas do Sistema Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

	Petrobras	
	2018	2017
Ativo		
Circulante		
Arrendamento mercantil financeiro do turbogerador (nota explicativa 9.d)	8.182	5.765
Contrato de disponibilidade de máquinas (nota explicativa 9.c)	7.538	7.215
Reembolso de encargos setoriais (nota explicativa 9.a)	1.779	1.720
Aluguel diário (nota explicativa 9.b)	-	32.009
	17.499	46.709
Não circulante		
Contas a receber por arrendamento mercantil financeiro (nota explicativa 9.e)	93.391	97.300
	110.890	144.009
Resultado		
Receita de arrendamento mercantil financeiro	18.769	19.317
Receita de disponibilidade de máquinas/ Aluguel/Reembolso	88.493	168.019
Reembolso de encargos setoriais	-	9.325
Atualização monetária ativa sobre arrendamento financeiro	13.707	12.223
	120.969	208.884

11.2. Remuneração dos administradores da Companhia

Os membros da diretoria exercem funções gerenciais na controladora Petrobras e não recebem verbas remuneratórias da Baixada Santista Energia.

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

12. Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, no montante de R\$ 48.651 (R\$ 46.659 em 2017), referem-se, ao encargo semestral antecipado à Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE, relativo ao contrato firmado de arrendamento operacional dos ativos da Usina Termelétrica Piratininga.

13. Diferido

	Gastos pré-operacionais
Saldo em 1 de janeiro de 2017	7.425
Amortização	(1.856)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.569
Custo	18.563
Amortização acumulada	(12.994)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.569
Amortização	(1.856)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.713
Custo	18.563
Amortização acumulada	(14.850)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.713

14. Tributos

14.1. Tributos correntes

Imposto de renda e contribuição social	Ativo Circulante		Ativo não Circulante (i)		Passivo Circulante	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
No país:						
Imposto de renda	9.872	11.400	25.196	30.073	7.533	1.503
Contribuição social	1.052	1.730	5.402	5.848	4.098	934
	10.924	13.130	30.598	35.921	11.631	2.437

Demais impostos e contribuições	Ativo Circulante		Passivo Circulante	
	2018	2017	2018	2017
Impostos no país:				
PIS/COFINS	992	1.465	96	2.384
Outros impostos	74	74	7	3
	1.066	1.539	103	2.387

(i) Referem-se ao IRPJ e CSLL retidos nos recebimentos dos montantes junto a Petrobrás e IR retido nos resgates do FDIC, referentes aos exercícios de 2010 à 2015, o qual foi objeto de pedido de restituição junto à Secretaria da Receita Federal.

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

14.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos - não circulante

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

a) A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

	Arrendamento mercantil financeiro		Total
	Imobilizado	Contas a receber	
Em 31 de dezembro de 2016	(17.808)	27.882	10.074
Reconhecido no resultado do exercício	950	671	1621
Em 31 de dezembro de 2017	(16.858)	28.553	11.695
Reconhecido no resultado do exercício	950	745	1.695
Em 31 de dezembro de 2018	(15.908)	29.298	13.390

b) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

A administração considera que as obrigações fiscais diferidas serão realizadas na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções efetuadas.

Em 31 de dezembro de 2018, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é a seguinte:

	Imposto de renda e CSLL diferidos, líquidos	
	Ativos	Passivos
2018 em diante	-	13.390
Parcela registrada contabilmente	-	13.390
Parcela não registrada contabilmente	-	-
Total	-	13.390

Em 2018 a Companhia possui prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social, sobre a qual não houve constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos ativo. A administração da Companhia vem monitorando a geração de lucro nas operações, a partir da celebração do contrato de disponibilidade de máquinas, objetivando avaliar a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

14.3. Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos registrados estão apresentados a seguir:

	2018	2017
Lucro antes dos impostos	33.391	99.442
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(11.353)	(33.810)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas	(1)	21.034
Arrendamento financeiro	1.189	945
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	2.541	3.063
Outros	24	24
Ajustes contabilizados em 2018 (IRPJ e CSLL de 2016 e 2017)	(14.800)	-
Imposto de renda e contribuição social	(22.400)	(8.744)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.695)	(1.621)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(20.705)	(7.123)
	(22.400)	(8.744)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	67%	9%

Durante o exercício de 2018, a companhia contabilizou complementos dos valores de IRPJ e CSLL de 2016 e 2017, no montante total de R\$ 14.800, os quais impactaram o resultado para o ano em questão. Os efeitos cujo complemento de tributação referem-se a:

- (a) Receita bruta de disponibilidade de máquinas, onde a companhia reconheceu em 2017, a receita referente ao período de 06/2016 até 07/2017 em linha com as informações contidas na nota explicativa nº 17.
- (b) Receita de aluguel, onde a companhia reconheceu em 2017, o aluguel diário correspondente ao período de 19/02/2016 até 20/04/2017, em linha com as informações contidas na nota explicativa nº 18.

15. Fornecedores

	2018	2017
A vencer	3.852	3.695
	3.852	3.695

Passivo Circulante

	2018	2017
Fornecedores Diversos	1.751	3.695
	1.751	3.695

Passivo Não Circulante

	2018	2017
Seguro Garantia - BMG Seguros	2.101	-
	2.101	-

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

16. Patrimônio líquido

16.1. Capital social realizado

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital subscrito e integralizado, no valor de R\$ 297.136, está representado por 297.136.068 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

16.2. Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

16.3. Dividendos

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações. O estatuto prevê que o Conselho de Administração poderá aprovar dividendos adicionais ao mínimo obrigatório.

As propostas dos dividendos relativos aos exercícios de 2017 e 2018 serão encaminhadas pela administração da Baixada Santista à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 2019, no montante de R\$ 32.371 atendendo aos direitos garantidos aos acionistas.

Demonstração do lucro básico para cálculo de dividendos:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	10.991	90.698
Apropriação:		
Prejuízo acumulado	-	(67.613)
Reserva legal	(551)	(1.154)
Lucro básico para determinação do dividendo	10.440	21.931
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	2.610	5.483
Dividendos adicionais propostos	7.830	16.448
Total de dividendos propostos	10.440	21.931

16.4. Resultado por ação

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido atribuível aos acionistas	10.991	90.698
Quantidade de ações	297.136.068	297.136.068
Lucro básico e diluído por ação ordinária- (R\$ por ação)	0,04	0,31

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

17. Receitas

	2018	2017
Receita bruta de disponibilidade de máquinas (a)	88.493	126.810
Encargos sobre contrato de disponibilidade de máquinas	(8.186)	(11.730)
Receita líquida	80.307	115.080

(a) Receita bruta de disponibilidade de máquinas

A Companhia celebrou, em fevereiro de 2013, Contrato de Disponibilidade de Máquinas com sua Controladora cujo objeto é a disponibilização das Unidades Geradoras 3 e 4 (dois turbogeradores) da UTE Piratininga, com capacidade instalada de 95 MW cada, conforme Contrato de Concessão para geração de energia elétrica destinada a Serviço Público nº 001/2008, operando em ciclo combinado com as 4 Unidades Geradoras a gás natural da UTE Fernando Gasparian da Petrobras. O Contrato estabeleceu pagamentos mensais de R\$ 5.150, e vigência até 7 de julho de 2015. No mesmo mês, em função do término da outorga à BSE da concessão, e do Ministério de Minas e Energia não ter se posicionado sobre o assunto, a ANEEL manifestou-se pela prorrogação de 2 (dois) anos. O Contrato de Disponibilidade de Máquinas, conforme previsto contratualmente foi prorrogado por mais 12 meses.

Durante o período de 06/2016 até 07/2017 a companhia manteve negociação com a Petrobras e em 1 de julho de 2017, foi firmado novo Contrato de Disponibilidade de Máquinas com a Petrobras com vigência até 27 de abril de 2024. Assim, na data de assinatura e em linha com o contrato firmado entre as partes, a companhia efetuou o registro dos valores relativos ao período de negociação, onde, a composição da conta se encontra abaixo:

2016 - R\$ 41.338

2017 - R\$ 85.472

18. Custo e despesa por natureza

	2018	2017
Arrendamento mercantil da UTE Piratininga	(82.232)	(80.902)
Encargos de uso do sistema de transmissão	(61)	(4.425)
Serviços, fretes, aluguéis e encargos gerais	(353)	(278)
Depreciação e amortização	(1.856)	(1.856)
PIS/COFINS sobre arrendamento financeiro e outras receitas	(4.215)	(7.966)
Administrativas	(1.171)	(988)
Reembolso de encargos de uso de sistema de transmissão	-	9.200
Receita de Aluguel (a)	-	32.009
Outros	(159)	(619)
	(90.047)	(55.825)
Na Demonstração do Resultado		
Custo de arrendamento da UTE Piratininga	(82.293)	(85.327)
Gerais e administrativas	(3.499)	(3.193)
Tributárias	(4.255)	(8.514)
Outras receitas operacionais, líquidas	-	41.209
	(90.047)	(55.825)

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

(a) Receita de aluguel

Em 17 de fevereiro de 2014, a Companhia celebrou Contrato de Comodato do Turbo gerador nº 1, de sua propriedade, com 159,9 MW - 234 MVA de potência, com a sua Controladora - Petrobras, por 730 dias, com vigência até 19 de fevereiro de 2016 ("Contrato"). De acordo com o referido Contrato, a Petrobras estava obrigada a restituir o turbo gerador em até 90 dias após o vencimento do prazo contratual, em perfeito estado de conservação e funcionamento, acrescido de todas as benfeitorias realizadas.

Contudo, o turbo gerador continuou em uso pela Petrobras, na localidade de Alto do Rodrigues (RN), e houve a aplicação da penalidade de aluguel diário, prevista na cláusula 5.1.1 do Contrato, cuja base de cálculo incide sobre o valor do bem, que foi definido através de Laudo de Avaliação.

O valor registrado em 2017 refere-se ao aluguel diário correspondente ao período de 19/02/2016 até 20/04/2017, sendo R\$ 23.763 referente ao exercício de 2016 e R\$ 8.246 ao exercício de 2017.

19. Resultado financeiro líquido

	2018	2017
Juros sobre impostos e fornecedores	(1.020)	(180)
Receita de arrendamento mercantil financeiro do turbogerador	18.769	19.317
Receitas com recebíveis de ativos financeiros	9.379	3.795
Atualização monetária ativa sobre arrendamento financeiro do turbogerador	13.707	12.223
Atualização monetária sobre impostos e contribuições a recuperar	2.296	5.032
Resultado financeiro líquido	43.131	40.187
Receitas	28.147	23.112
Despesas	(1.020)	(180)
Variações monetárias, líquidas	16.004	17.255
	43.131	40.187

20. Processos judiciais e contingências

20.1. Processo judicial não provisionado

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para o qual não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da saída de recursos, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída.

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2018, para os quais a probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	Estimativa
Cível	1.738
Execução Fiscal	56.517
	58.255

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

O quadro a seguir detalha a principal causa de natureza cível, cuja expectativa de perda está classificada como possível:

a) Processo de natureza cível

	<u>Estimativa</u>
<p>Autor: Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL</p> <hr/> <p>Auto de infração pela conservação inadequada de bens e instalações da Usina Termelétrica Piratininga, da qual a Companhia é concessionária.</p> <p>Situação atual: A BSE ingressou com Ação Judicial para questionar a cobrança da multa. Foi deferida, na ação judicial, a antecipação de tutela com suspensão da exigibilidade da multa de que trata o Auto de Infração em questão. A ANEEL foi intimada da decisão judicial para se abster de inscrever a multa em dívida ativa e em cadastro de inadimplentes ou excluí-la, se for o caso. Assim, o Auto de Infração encontra-se na situação "Suspensão com depósito judicial".</p>	<hr/> 1.738

b) Execução Fiscal

	<u>Estimativa</u>
<p>Autor: Procuradoria Geral da Fazenda Nacional</p> <hr/> <p>A execução fiscal tem por objeto supostas infrações cometidas pelo contribuinte no Processo Administrativo Fiscal nº 10845.725847/2015-5.</p> <p>Situação atual: Foram juntados por petição os documentos relativos à Execução Fiscal e aguarda-se a determinação do Juiz a suspendendo e ordenando o processamento dos Embargos.</p>	<hr/> 56.517

21. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

21.1. Instrumentos financeiros

A companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foram identificados derivativos embutidos.

	2018	2017
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	30	11
Contas a receber, líquidas	19.051	48.347
Contas a receber - FDIC	151.890	91.048
	170.971	139.406
Não circulante		
Contas a receber, líquidas	93.391	97.300
	264.362	236.706
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	1.751	3.695
	1.751	3.695

Os instrumentos financeiros, ativos e passivos, não derivativos, são classificados na categoria "Custo amortizado" (exceto o Contas a receber FIDC, classificado na categoria de "Valor justo por meio do resultado"), com recebimentos e pagamentos fixos ou determináveis, os quais não possuem a característica de negociação em mercados organizados.

Os valores justos destes instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

21.2. Gerenciamento de riscos

A gestão da Companhia é realizada por seus Administradores (Diretores e Conselheiros de Administração), com base em seu Estatuto Social e na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua Controladora, a Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre seus objetivos empresariais e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos e financeiros, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

21.2.1. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia segue as orientações corporativas para as empresas do sistema Petrobras.

21.2.2. Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa e equivalente de caixa e recebíveis de ativos financeiros, que é feita com base nas orientações corporativas de sua Controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2017 e 2017.

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua Controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

O risco de crédito associado ao contas a receber do Contrato de Locação (considerado contabilmente como arrendamento mercantil financeiro) do TurboGerador nº 2 é atenuado por possuir como único cliente, sua Controladora, a Petrobras.

21.2.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa, recebíveis de ativos financeiros, ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia utiliza seus recursos, basicamente com despesas de locação, necessárias ao negócio. Os recebíveis da Companhia estão concentrados na sua Controladora, a Petrobras, que é o único cliente.

21.3. Seguros

Para proteção de seu patrimônio a Baixada Santista Energia transfere, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência de sinistros, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da Companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras.

21.4. Risco operacional

Devido a Companhia não possuir quadro de pessoal próprio, e depender da Controladora, Petrobras, para a execução das suas atividades e seus processos administrativos e financeiros, há o risco de paralisação das atividades da BSE, em caso de eventuais interrupções de atividades na Controladora, como os decorrentes de mobilizações sindicais, greves ou outros eventos.

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Diretoria Executiva

DIRETORIA EXECUTIVA

MARCOS GRATACÓS NOBREGA
Diretor Técnico

WELLINGTON GOMES LUCAS
Diretor Administrativo

DOMINGUES E PINHO CONTADORES LTDA.
CRC-RJ 001.137/O-0
LUCIANA DOS SANTOS UCHÔA
Contadora
CRC 081003/O-8